

ECA 32 anos: região tem alta na violação de direitos

Registros de violência contra crianças e adolescentes cresceram 79% no comparativo entre o 1º semestre de 2020 e o período deste ano

JOYCE CUNHA
joycecunha@dgabc.com.br

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) completa hoje 32 anos desde sua criação. Se por um lado especialistas defendem a importância da legislação para a proteção desta população em todo o País, o número crescente da violação de direitos permanece preocupante e chama a atenção da sociedade para o debate e implementação de novas políticas públicas.

Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos indicam aumento de 79,3% nos registros de violências contra crianças e adolescentes do Grande ABC no comparativo entre o primeiro semestre de 2020, quando foram reportados 2.762 casos, e o mesmo período de 2022, com 4.953 violações registradas nas sete cidades.

Para se ter a dimensão do crescimento de casos reportados, os dados deste ano já superam em 28% as 3.869 violações denunciadas entre janeiro e dezembro de 2020, primeiro ano da pandemia do coronavírus. Os números se referem às violências denunciadas por meio do canal Disque 100, do governo federal. Negli-

gência, trabalho infantil, violências física, psicológica e sexual estão entre os casos relatados.

O advogado Ariel de Castro Alves, especialista em direitos humanos e integrante do Instituto Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, atribui o aumento dos indicadores às restrições impostas para o controle da Covid-19. "Muitos casos de violência contra crianças e adolescentes passaram a ser denunciadas após o retorno das atividades (presenciais) em creches e escolas, já que a maioria das violações de direitos envolve situações de negligência e de violência doméstica", observa.

Segundo o especialista, os números podem ser ainda maiores por existir a subnotificação, especialmente em casos de violência sexual. "A maioria das vítimas acaba não denunciando, com medo ou constrangidas, principalmente nos casos de violência doméstica, nos quais estão sob o poder dos agressores", avalia.

Entre outras garantias, o ECA determina que "a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência". Os conselhos tutelares es-

CENÁRIO NA REGIÃO			
	2020	2021	2022
Santo André	802	682	1.151
São Bernardo	870	878	2.070
São Caetano	121	90	196
Diadema	510	424	759
Mauá	311	373	644
Ribeirão Pires	123	38	81
Rio Grande da Serra	25	9	52
GRANDE ABC	2.762	2.494	4.953

*Dados do primeiro semestre de cada ano

Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Atualizado: 13/07/2022

tão entre os órgãos criados com a missão de zelar pelo cumprimento da legislação. No Grande ABC, entre janeiro e junho deste ano, os conselhos tutelares de São Caetano acolheram 1.546 casos relacionados à violação de direitos de crianças e adolescentes. Em Diadema, foram 673 registros realiza-

dos. O Conselho Tutelar de Ribeirão Pires teve 635 ocorrências, enquanto o órgão em Rio Grande da Serra registrou 526 casos no período. São Bernardo e Mauá não forneceram dados sobre violações de direitos atendidas pelos conselhos tutelares. A Prefeitura de Santo André informou que,

no primeiro semestre deste ano, os serviços de proteção social do município acolheram 63 casos relacionados a crianças e adolescentes.

Darling Ingrid Limeira, do 1º Conselho Tutelar de Santo André, enfatizou o crescimento das denúncias no período de retomada de atividades presenciais. "Durante a pandemia os números foram subnotificados. As crianças estavam fora da escola, as famílias estavam isoladas, então, para chegar até o conselho, era muito difícil", lembra a conselheira, que destacou iniciativas como a criação de redes sociais para garantir meios para o acolhimento de denúncias e pedidos de ajuda.

Já o conselheiro tutelar Francelino do Nascimento, de Diadema, destacou que o ECA é um marco histórico que, entre outros princípios, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. "O maior desafio é articular os serviços e atores que compõem o sistema de garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes para o trabalho em rede, que requer capacitação e formação contínua", destacou.

Justiça destaca desafios e conquistas do ECA

Criada no dia 13 de julho de 1990, a Lei Federal 8.069, que instituiu o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), dispõe sobre a proteção integral à população de até 12 anos incompletos, crianças; e entre 12 anos a menores de 18 anos, adolescentes. O desembargador Reinaldo Cintra Torres de Carvalho,

da CLJ (Coordenadoria da Infância e Juventude) do Tribunal de Justiça de São Paulo, aponta entre os principais desafios a dificuldade de parte dos adultos em reconhecer crianças e adolescentes como indivíduos de direitos. "São situações enraizadas na sociedade, que demandam tempo e muito trabalho para mu-

dar. E o estatuto tem por princípio e grande Norte a aceitação de que as crianças e adolescentes são pessoas, e não objetos."

Durante a pandemia, diante de novos desafios, o desembargador considera que houve maior dificuldade na aplicação dos instrumentos de proteção, pelo distanciamento da

escola e outros serviços, como de saúde, mas reforçou que, por se tratar de legislação ampla, o ECA se manteve atual para a garantia de direitos das crianças e adolescentes.

O coordenador da CLJ também destacou a necessidade da ampliação de investimentos em políticas públicas e de assegurar estrutura às famí-

lias, para que tenham "capacidade e autonomia para cuidar de seus filhos". "Precisamos pensar soluções sem reservas para garantir a execução de projetos. As pessoas estão começando a assimilar o estatuto, mas ainda precisamos incrementar as políticas públicas de proteção", destacou Carvalho. JC

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Página: 4